

A mulher bioquímica: invenções do feminino a partir de discursos sobre a pílula anticoncepcional

The biochemical woman: inventions of the feminine from discourses on the contraceptive pill

La mujer bioquímica: invenciones femeninas a partir de discursos sobre la píldora anticonceptiva

Tatiane Leal | tatianecl@gmail.com

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Programa de Pós-Graduação. Rio de Janeiro, Brasil.

Bruna Bakker | bruna.bakker@gmail.com

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Programa de Pós-Graduação. Rio de Janeiro, Brasil.

Resumo

A pílula anticoncepcional, contraceptivo reversível mais utilizado no Brasil, torna-se, na mídia, motivação para a produção de discursos sobre a mulher. Se sua invenção facultou a dissociação entre a prática sexual e a maternidade, atualmente o medicamento é considerado nocivo em alguns contextos. A partir da perspectiva teórica da genealogia, analisamos quais são as invenções possíveis do feminino a partir dos discursos sobre a pílula hoje. Como metodologia, utilizamos a análise do discurso de reportagens da revista *Veja* e de postagens em grupos de contracepção não hormonal no site de rede social Facebook. Os resultados mostram que, nas matérias, o medicamento aparece como motor de emancipação da mulher; enquanto nos grupos novos ativismos levantam a bandeira do corpo sem pílula como ação política pela conquista da liberdade. Concluímos que, no regime de saber-poder contemporâneo, o resgate do corpo feminino natural se reconfigura como um dispositivo de liberdade frente ao controle da medicalização.

Palavras-chave: pílula anticoncepcional; feminismo; medicalização; corpo; ativismo; contracepção; gênero; mídia.

Abstract

The contraceptive pill, the most used reversible contraceptive in Brazil, becomes, in the media, motivation for the production of discourses about women. If its invention allowed the dissociation between sexual practice and motherhood, the drug is currently considered harmful in some contexts. From the theoretical perspective of genealogy, we analyze which inventions of the feminine are possible base on the discourses on the pill today. As methodology, we used the analysis of the discourse of reports of *Veja* magazine and of posts from non-hormonal contraception groups on the social network site Facebook. The results show that, in the reports, the drug appears as the motor of emancipation of the woman; while in the groups new activisms raise the flag of body without pill as a political action for the conquest of freedom. We conclude that, in the regime of contemporary knowledge-power, the rescue of the natural female body reconfigures itself as a device of freedom against the control of medicalization.

Keywords: contraceptive pill; feminism; medication; body; activism; contraception; genealogy.

Resumen

La píldora anticonceptiva, la anticoncepción reversible más utilizada en Brasil, suele ser, en los medios de comunicación, motivación para la producción de discurso sobre la mujer. Si su invención ha permitido la disociación entre la práctica sexual y la maternidad, actualmente el fármaco es considerado perjudicial en algunos contextos. A partir de la perspectiva teórica de la genealogía, analizamos las invenciones femeninas que son posibles a partir de los discursos sobre la píldora en la actualidad. Como metodología para esta investigación, utilizamos el análisis de discurso de los informes de la revista *Veja* y de las publicaciones en grupos de anticoncepción no hormonales en la red social Facebook. Los resultados demuestran que, en la revista, el producto aparece como el motor de la emancipación de la mujer; mientras que en los grupos nuevos activismos levantan la bandera del cuerpo sin píldora como acción política para la conquista de la libertad. Concluimos que, en el esquema de saber-poder contemporáneo, el rescate del cuerpo femenino natural se configura como un dispositivo de liberación frente al control de la medicalización.

Palabras clave: píldora anticonceptiva; feminismo, medicalización; cuerpo; activismo; anticoncepción; genealogía.

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Contribuição dos autores: Os autores foram responsáveis por todas as etapas de preparação do artigo.

Declaração de conflito de interesses: Não há.

Fontes de financiamento: CNPq

Considerações éticas: Não há.

Agradecimento/Contribuições adicionais: Não há.

Histórico do artigo: Submetido: 05.maio.2017 | Aceito: 12.jul.2017 | Publicado: 29.set.2017

Apresentação anterior: Não houve.

Licença CC BY-NC atribuição não comercial. Com essa licença é permitido acessar, baixar (download), copiar, imprimir, compartilhar, reutilizar e distribuir os artigos, desde que para uso não comercial e com a citação da fonte, conferindo os devidos créditos de autoria e menção à Reciis. Nesses casos, nenhuma permissão é necessária por parte dos autores ou dos editores.

Introdução

Em 11 de maio de 1960, foi aprovada a comercialização da primeira pílula anticoncepcional nos Estados Unidos. Em meio a um cenário de efervescência da contracultura e da emergência da segunda onda feminista, a invenção desse medicamento tanto expressa alguns sintomas da época quanto produz outros: o controle da natalidade se configurava como uma intervenção necessária em populações e a sua democratização através da pílula possibilitava a dissociação definitiva entre sexo e reprodução. Assim, o anticoncepcional veio ao encontro dos clamores feministas por liberdade sexual e ajudou a potencializar esses enfrentamentos da moral da época, produzindo novas invenções do feminino.

Mais de 50 anos depois, a pílula continua ocupando um lugar de destaque no que se refere aos discursos sobre a mulher: no Brasil, é a forma de contracepção reversível mais utilizada. Em números percentuais, 71,3% das mulheres entrevistadas pela Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS 2006)ⁱ declararam já terem feito uso do medicamento alguma vez na vida e 22,1 % utilizam regularmente o comprimido que, ingerido uma vez ao dia, no mesmo horário, interpela a rotina de suas usuáriasⁱⁱ. A pílula é também a forma de contracepção mais conhecida no país: 99,6% das mulheres declararam estar familiarizadas com o método¹. Para além do campo da saúde, a pílula anticoncepcional ocupa um lugar central no imaginário sobre a mulher moderna. Segundo a revista *Veja*, por exemplo, “a pílula fez mais pelas mulheres e pelo direito ao prazer que todos os movimentos sociais”². O comprimido torna-se, assim, um símbolo da emancipação feminina.

Entretanto, se a pílula aparece, em alguns discursos contemporâneos, como fonte de liberdade, em outros, é considerada uma tecnologia de poder que, ao libertar o corpo feminino do “destino inevitável” da maternidade³ na década de 1960, acabou impingindo às mulheres novas formas de sujeição. Ela passa a ser considerada como um ícone da medicalização do corpo, um regime de saber-poder que marca, cada vez mais, a experiência subjetiva. A pílula, assim, emerge como um dispositivo de controle de um corpo feminino que, em sua potência natural, é visto como fonte de risco. Novos ativismos, proliferados nas redes sociais, levantam a bandeira do corpo sem pílula como ação política pela conquista da liberdade.

Este artigo tem o objetivo de analisar quais são as invenções possíveis do feminino a partir de discursos contemporâneos sobre a pílula anticoncepcional. A perspectiva teórica e metodológica que orienta esse percurso é a da genealogia, alicerçada em Foucault⁴. O método genealógico permite, sem a pretensão de se dar conta de todo um campo discursivo, mapear forças e tendências em torno dos regimes de saber-poder. É neste sentido que optamos aqui por utilizar a palavra *invenção*, e não *representação* do feminino, já que o segundo termo pressupõe um referente que é uma categoria dada, natural, enquanto o primeiro compreende que os discursos produzem subjetividades.

Conforme observa Maria Cristina Franco Ferraz⁵, o método genealógico fornece uma perspectiva particularmente interessante e fértil para os estudos teóricos da comunicação, uma vez que pensa os produtos midiáticos e as tecnologias a partir dos contextos histórico, social e político que facultaram a sua emergência. Quando recorre à pesquisa de documentos históricos e arquivos, a genealogia não pressupõe uma linearidade dos acontecimentos, um desencadeamento de causa e efeito entre as coisas ou supõe uma essência por detrás delas, “como se as palavras tivessem guardado seu sentido, os desejos sua direção, as

i A pesquisa, financiada pelo Ministério da Saúde, foi realizada a partir de um inquérito domiciliar nacional, com aproximadamente 15.000 mulheres de 15 a 49 anos de idade e aproximadamente 5.000 crianças menores de 5 anos, representativo das cinco macrorregiões e dos contextos urbano e rural.¹

ii Os dados levam em conta todas as mulheres entrevistadas, inclusive as não ativas sexualmente. Entre as mulheres em união estável, a esterilização feminina é o método mais utilizado, abrangendo 29% das entrevistadas, seguido pela pílula, utilizada por 25%. Entre as não unidas, mas sexualmente ativas, a pílula passa à frente, e seu uso é feito por 30,3%, seguido pela camisinha masculina, que envolve 26%.

ideias sua lógica; como se esse mundo de coisas ditas e queridas não tivesse conhecido invasões, lutas, rapinas, disfarces, astúcias⁴. Nas palavras de Ferraz⁵:

[...] nenhum sentido ou valor teria uma origem, isto é, um surgimento necessário, inevitável, previamente inscrito na história do homem (mesmo em estado de latência, desde os primórdios); uma vez que sentidos e valores sempre foram “inventados”, produzidos por forças e pulsões em configurações historicamente determinadas, deve-se interrogar sua historicidade, colocá-los sob suspeição, submetê-los a um olhar arguto e curioso.

Deste modo, a perspectiva genealógica não vê os discursos a partir de uma dicotomia entre a verdade das coisas e a sua representação, já que não pressupõe uma essência ou identidade primeira por trás das coisas ditas⁵. Eles trazem *invenções* ou, na antimetafísica de Nietzsche, a pura aparência: por trás deles não há uma verdade, mas outras invenções possíveis, que convivem ou entram em disputa⁵⁻⁶. Assim, a questão não é desvelar o que está por trás do discurso, mas indagar o que esse enunciado propõe como invenção aqui e agora – o que, talvez, fosse impensável em outro contexto – e o que essas invenções revelam sobre os regimes de poder-saber que engendram formas de ser.

A partir dessa perspectiva, a pílula não traz, em si, um sentido, mas se localiza, a partir das condições de possibilidade que atravessam seu uso e sua transformação em discurso, em um campo de batalha de poderes e resistências, produzindo uma certa invenção do feminino, que denominamos aqui como a *mulher bioquímica*. Buscamos, portanto, compreender as formas de controle e resistência que se tornam possíveis, no momento contemporâneo, a partir dos discursos sobre a pílula. Como esse medicamento se torna, ao mesmo tempo, um símbolo de liberdade e de prisão? Que politização do corpo foi possível a partir da emergência da pílula nos anos 1960? E que politização do corpo é possível hoje – e não era antes – na reivindicação por um corpo feminino natural?

Percursos teóricos e metodológicos

Para responder a essas perguntas, recorreremos a uma revisão de trabalhos sobre o processo de medicalização do corpo feminino e a implementação da pílula anticoncepcional no Brasil. Em fragmentos do momento contemporâneo, lançamos mão de discursos midiáticos, dispersos tanto em meios tradicionais, a partir da análise do discurso de reportagens da revista *Veja*, quanto nos novos espaços de comunicação trazidos pelas redes sociais, em especial, o Facebook.

É importante ressaltar que não se objetiva aqui realizar uma comparação direta entre dois objetos tão distintos em seus modos de produção, seus formatos e seus públicos-alvo quanto uma tradicional revista semanal de informação e uma comunidade virtual formada a partir de um site de rede social. O que aglutina materiais tão diferentes em um mesmo *corpus* é o fato de que, na visão do método genealógico, eles fazem parte de uma mesma formação discursiva, isto é, de um conjunto de enunciados produzidos em determinado contexto sócio-histórico que produz um campo de saber-poder sobre determinado assunto⁷⁻⁹ – nesse caso, sobre a pílula anticoncepcional.

Segundo Sibilia⁸, o método genealógico é capaz de explicitar as complexidades – e as contradições – do contemporâneo. Sua genealogia sobre a nudez, que trouxe a análise de objetos também bastante distintos – obras de arte e postagens do Facebook – revelou a existência de um campo de disputa na moral contemporânea sobre a exibição de corpos nus. Enquanto uma série de discursos condena a exposição de adiposidades, rugas e outros atributos corporais que se afastem do padrão de beleza hoje dominante, outros discursos transformam a nudez desses corpos em um ato político, como resistência a essa “moral da boa forma” que as condições de possibilidade de nosso tempo histórico permitiram emergir.

Assim, a partir das possibilidades trazidas pelo olhar genealógico, a escolha do *corpus* analisado neste artigo se deu a partir do movimento de direcionar “[...] a atenção ao presente, a atenção a um ‘diz-se’, ao

ça parle de um determinado campo de saber, aos ‘murmúrios’ de nossa época [...]”⁹ para, a partir daí, “[...] construir unidades a partir dessa dispersão, mostrar como determinados enunciados aparecem e como se distribuem no interior de um certo conjunto”⁹. Com base em uma primeira observação geral de discursos midiáticos contemporâneos sobre a pílula, foram escolhidos os dois espaços dos quais seriam retirados os discursos analisados: a Veja e o Facebook.

É importante ressaltar que esses objetos estão longe de dar conta de todo o debate contemporâneo sobre a pílula anticoncepcional. Entretanto, eles preenchem os seguintes critérios para elucidar o objetivo deste artigo: 1) fazem parte da mesma formação discursiva, ou do conjunto de discursos de nosso lugar e tempo histórico sobre a pílula anticoncepcional; 2) são relevantes. A revista Veja é o semanário de informação de maior circulação no Brasil¹⁰, enquanto o Facebook é o site de rede social mais utilizado no Brasil e no mundo¹¹, em um contexto em que a interseção entre mídias sociais e ativismo político tem motivado diversos estudos¹²; 3) expressam potencialmente uma disputa de regimes de saber-poder que se delinea na formação discursiva sobre a pílula anticoncepcional no Brasil contemporâneo: a associação do medicamento tanto à liberdade quanto à dominação das mulheres.

Portanto, o *corpus* selecionado é uma amostra representativa para o objetivo de analisar invenções do feminino possíveis a partir de discursos contemporâneos (sem dar conta de todos eles) sobre a pílula anticoncepcional. Certamente, a seleção desse *corpus* – como de qualquer outro, segundo Barthes¹³ – apresenta um componente inevitável de arbitrariedade. Entretanto, a escolha dos materiais foi informada pelo referencial teórico e metodológico que permitiu o cumprimento do objetivo de pesquisa aqui delineado.

No que diz respeito ao discurso da revista Veja, foram selecionadas especificamente duas reportagens: “50 anos de liberdade”² e “Filhos? Não obrigada”¹⁴ publicadas, respectivamente, em 2010 e 2013. Os critérios para a seleção dessas matérias foram: 1) terem sido publicadas entre 2010 e 2016; 2) tratarem diretamente do tema da contracepção. Da mesma forma, foram analisadas postagens sobre esse medicamento em dois grupos, no Facebook, dedicados a promover discussões sobre o uso de contracepção não hormonal. A metodologia de seleção dos grupos e das postagens será descrita na terceira seção deste artigo, dedicada ao ativismo antipílula.

Tanto a análise do discurso das reportagens quanto a das postagens do Facebook tiveram uma abordagem qualitativa: o material foi lido e analisado à luz das discussões teóricas empreendidas neste artigo. Dessa forma, optamos por não separar os resultados da discussão, e sim por apresentá-los em blocos temáticos organizados a partir das reflexões que os dados possibilitaram.

Por fim, entendemos os discursos sobre a pílula anticoncepcional em diálogo com trabalhos que investigam outras invenções do feminino a partir do corpo e de seus dispositivos contemporâneos de controle, como a “moral da boa forma”¹⁵ e a “bonequização da mulher”¹⁶.

A “mulher bioquímica” e a medicalização do corpo feminino

Na supracitada edição especial de Veja sobre os “50 anos da pílula”, publicada em 2010, a revista afirma que a invenção do comprimido determinou uma série de transformações culturais que favoreceram a emancipação da mulher: dela, “[...] nasceu um novo mundo feminino: a decisão de quando procriar, a opção de retardar a maternidade em nome dos estudos e da carreira”. O discurso jornalístico aparece chancelado pela palavra de uma especialista entrevistada, a psicóloga Regina Navarro Lins, que afirmou que “a pílula representou um golpe fatal em 5000 anos de patriarcado” e que os movimentos contraculturais dos anos 1960 só haviam prosperado graças “[...] à combinação química, oferecida em farmácias, do estrogênio e do progestogênio”².

O tom celebratório de Veja acerca das recentes conquistas das mulheres se manifestou novamente em edição publicada dois anos depois. Na reportagem de capa “Filhos? Não, obrigada!”¹⁴ a revista se propõe a

esmiuçar a “revolução de costumes” encabeçada por mulheres que negaram a maternidade. Na tentativa de desvincular a mulher de sua suposta vocação biológica para ser mãe, a matéria não apenas recorre às contribuições filosóficas do existencialismo de Sartre (e “de sua parceira” Simone de Beauvoir) sobre o assunto, mas procura fortalecer seus argumentos a partir de estudos sobre o papel dos hormônios no corpo feminino. Para a revista, portanto, as justificativas que atribuem esta naturalização do papel de mãe aos mais íntimos anseios femininos como fruto da histórica submissão das mulheres ao patriarcado e à esfera doméstica não pareciam convincentes o suficiente. Em um discurso talvez mais alinhado ao público da revista, Veja atribui à oxitocinaⁱⁱⁱ um papel fundamental para explicar porque *algumas mulheres* simplesmente não são arrebatadas pelo amor maternal:

Um desses hormônios, a oxitocina, é responsável pela sublime sensação de plenitude que as mães sentem quando amamentam seus bebês. Mulheres incapazes de produzir tal hormônio não experimentam essas sensações. A descoberta dos efeitos da oxitocina contribuiu para separar a maternidade da essência feminina.¹⁴

Abalizada por uma espécie de disfunção hormonal, a hipótese de Veja em dissociar a maternidade de uma suposta essência feminina confere às dinâmicas bioquímicas um papel fundamental no que significa ‘ser mulher’. Observa-se, portanto, nessas articulações propostas por Veja, a vigência de uma concepção de mulher cujos desejos, emoções e sentimentos seriam determinados não por questões da psique humana ou por circunstâncias históricas, mas por uma profusão de fluxos bioquímicos que, por estarem biologicamente associados à fisiologia das mulheres, seriam capazes de, em última instância, explicar seus comportamentos morais e emocionais. Embora os discursos mais recentes sobre o assunto estejam pautadas por descobertas científicas aparentemente inovadoras, a perspectiva de pensar a mulher a partir das peculiaridades de seu corpo não é recente.

Em A medicalização do corpo feminino, Vieira¹⁷ atenta para os discursos médico-científicos acerca do comportamento e da fisiologia das mulheres, especialmente a partir do século XVIII. Como observa a autora, a busca de desvendar uma suposta “natureza feminina” encontrava em seus singulares fenômenos biológicos grande suporte, tendo no estudo acerca da menstruação uma peça importante para construir “padrões de normalidade para o corpo feminino”.

Durante séculos, afirma Vieira¹⁷, a menstruação e os órgãos genitais femininos estavam intimamente associados a manifestações sobrenaturais, capazes de transformar “o sangue menstrual em substância temida que, ao emergir do útero, poderia contaminar, envenenar, conspurcar”. A menstruação também seria dotada de “poderes malignos”, como é possível observar nos escritos do romano Plínio, que alegou que “pelo simples vapor ou contato, os vinhos se azedam, os renovos das árvores morrem, os seus frutos secam, as plantas novas crestam-se, a beleza do marfim desaparece, o ferro e o cobre estragam-se, o ar infecciona-se, os cães que o provam danam”¹⁷.

Somente a partir do século XIX a menstruação foi teorizada pelo saber médico moderno. Naquele momento, algumas teorias (como a teoria ovular menstrual) reforçavam que os ciclos menstruais e de ovulação variariam conforme o “tipo de vida que a mulher levasse”, seu biótipo, e o exercício da vida sexual, concluindo que as regras menstruais de freiras seriam naturalmente menores do que as das *mulheres voluptuosas*, estas abundantemente regradas uma vez que “a cópula fornece a perfeita regularidade menstrual”¹⁷, porém, em excesso, pode causar “hemorragias violentas”¹⁷.

iii Oxitocina é um hormônio liberado pela hipófise que induz as contrações do músculo uterino durante o parto e estimula a secreção de leite. Não raro, o hormônio é associado a sentimentos relacionados ao amor, especialmente ao amor materno, como observa a reportagem da revista Exame: “a principal função da oxitocina é estreitar o vínculo afetivo entre mãe e filho; além disso, é o hormônio que faz com que o útero contraia no final da gravidez para que o bebê nasça. ‘A oxitocina nos homens tem a capacidade de deixá-los menos agressivos, mais amáveis e com comportamentos sociais mais adequados, embora sua atuação seja muitas vezes bloqueada pela ação da testosterona’”. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/estilo-de-vida/noticias/voce-conhece-a-oxitocina-o-hormonio-do-amor>>. Acesso em: 31/08/2016.

A relação entre o cérebro e os ovários durante o período menstrual também seria capaz de explicar os *desequilíbrios* e as *desordens mentais* nas mulheres, uma vez que durante esse período, a mulher não seria “senhora de si mesma”¹⁷. Como nos relata Vieira¹⁷, devido ao quadro clínico apresentado pelas mulheres nessa condição, vários fisiologistas da época afirmavam que a menstruação não seria “um estado fisiológico”, mas sim uma “moléstia fisiológica”.

Alvo do saber médico, o corpo feminino é constantemente esquadrinhado, analisado e, sobretudo, patologizado no âmbito dos estudos da medicina e da psicologia. As chamadas *doenças nervosas* que povoaram o imaginário médico-científico especialmente na passagem do século XIX para o XX apresentavam categorias clínicas bastante distintas para homens e mulheres com sintomas semelhantes. O diagnóstico de *histeria*, por exemplo, embora apresentasse sintomas comuns aos da *neurastenia*^{iv} e da *neurose traumática*^v era tida como uma condição exclusiva do corpo feminino (associada especificamente ao útero) e, até meados do século XIX, a *conversão histérica* era tratada com histerectomia (a remoção de parte ou da totalidade do útero)¹⁷. O corpo feminino, neste sentido, surge como particularmente suscetível às psicopatologias, como se fosse da natureza feminina enveredar por certas oscilações de humor e maior irritabilidade no cotidiano, enquanto o homem só se afetaria em seus nervos quando submetido a um evento ou circunstâncias externas. Embora estes quadros clínicos remetam ao início do século e boa parte de suas conclusões tenham sido revistas ao longo do tempo, um forte ranço dessa peculiaridade fisiológica da mulher parece perdurar.

O paradigma hormonal parece despontar como um elemento importante para a construção discursiva do que chamamos aqui de *mulher bioquímica*. Embora a medicalização do corpo feminino apresente um longo histórico, conforme observamos acima, o que buscamos ressaltar aqui é o quanto esse corpo feminino, percebido em seus fluxos de estrogênio, oxitocina, cortisol, adrenalina etc., torna-se um terreno de disputa para se pensar a *liberdade feminina* sob distintas perspectivas. Por um lado, a potencial liberdade em questão é a de uso desse corpo que, facultada pela intervenção química de fármacos como a pílula, libera a mulher do ônus da gravidez indesejada e permite que ela seja *dona do próprio corpo*. De outro, uma perspectiva mais contemporânea, que vê como risco essas mesmas intervenções químicas, requisitando para si mesma um corpo *livre* de substâncias que não lhe pertencem, livre no sentido de poder seguir um curso *biologicamente natural*.

Entendemos aqui que ambas as perspectivas estão amparadas por um contexto em que vigora a *cultura somática*, que contempla a emergência de um novo regime de subjetivação em que as dinâmicas da *psique* e as apostas na *interioridade psicológica* já não seriam suficientes para explicar o sujeito contemporâneo, cada vez mais pensado a partir de suas sinapses cerebrais e constituição bioquímica^{5,19}. Para Jurandir Freire Costa, a cultura somática remete a um “sentimento de identidade ao corpo”¹⁹, ou seja, definir “o que somos e devemos ser, a partir de nossos atributos físicos”²⁰. Segundo ele, “estamos nos habituando a entender e a explicar a natureza da vida psíquica e das condutas éticas pelo conhecimento da materialidade corporal”¹⁹.

Segundo Ferraz⁵, diante desta cultura somática que se estabelece, “aquilo que somos mais autenticamente passa a referir-se a um corpo fragmentado, científica e assepticamente retalhado, alcançando-se sua composição molecular”. Uma evidência da forte expansão da cultura somática para além dos ciclos científicos

iv Segundo Becker¹⁸, embora os diagnósticos da doença fossem praticamente iguais em homens e mulheres, os médicos preferiam associar os sintomas das mulheres à histeria e dos homens à neurasthenia. Deste modo, as fraquezas masculinas não seriam efeminadas. Além das mulheres, excluía-se do rol de vítimas da doença as classes operárias. Com isso, seus sintomas eram considerados como “doença de rico” (disease of the well-off), um indício dos esforços dos homens das classes médias e altas para a industrialização e modernização dos Estados Unidos.¹⁹

v Segundo Fassin e Rechtman²⁰, a aproximação entre os sintomas de neurose traumática e de histeria foi empreendida por Charcot, que procurava consolidar a hipótese de que a histeria não seria condição exclusiva da mulher, conseguindo dissociar os sintomas do âmbito da ginecologia e atribuindo uma “identidade neurológica” à patologia e, portanto, tornando-a passível de ser atribuída aos homens²¹.

dos estudos da endocrinologia e da neurociência seria a significativa invasão de termos associados a esses campos de conhecimento na linguagem cotidiana:

[...] a excitação que certo tipo de cinema produz é diretamente associada à liberação de adrenalina (adjetivando-se, inclusive, na expressão cinema-adrenalina); ao prazer e à sensação de bem-estar ligados, por exemplo, às práticas de fitness, à liberação de endorfina; à tristeza, ressignificada na categoria cada vez mais estendida de depressão, níveis e taxas de serotonina; à atenção cada vez mais requerida e, ao mesmo tempo, levada a dispersar-se entre inúmeras excitações concorrentes, a Ritalina⁵.

A forte presença desse imaginário médico e, especialmente a proeminência dos fármacos na vida cotidiana dos sujeitos contemporâneos, não significa, no entanto, que o uso desses medicamentos não apresente opositores. A seguir vamos observar a trajetória da pílula anticoncepcional no Brasil e as atuais manifestações pelas redes sociais contrárias ao seu uso.

O ativismo antipílula e a politização do corpo

Os diferentes mecanismos de controle social sobre o corpo feminino, que, encerrado na ideia de natureza, era assujeitado e medicalizado por políticas morais, religiosas ou demográficas de Estado, já estavam presentes entre as pautas do movimento feminista brasileiro na década de 1960. Apesar de reconhecer que a pílula havia possibilitado a separação entre sexualidade e procriação, as feministas afirmavam em seus debates e publicações independentes que os usos políticos dessa técnica não estavam dados. Segundo Scavone²¹, “o feminismo tratou de politizá-la, ao procurar subverter os princípios da dominação masculina que a mantinham”. Assim, o discurso feminista em relação às tecnologias contraceptivas, por um lado, apoiava seus benefícios quanto às possibilidades de sua apropriação em prol da autonomia feminina e, por outro, produzia um contradiscurso sobre os impactos desses métodos no corpo feminino e a dominação masculina imbuída nessas técnicas.

Esses elementos de controle do corpo feminino presentes na popularização da pílula se tornam claros quando se analisa o entorno discursivo acerca da adoção desse método contraceptivo no Brasil. No contexto da ditadura militar iniciada em 1964, duas vertentes sobre o controle de natalidade surgiam no Brasil. Os *anticontrrolistas*, formados principalmente pelos militares e pela Igreja, atrelavam o desenvolvimento econômico e político do país ao amplo povoamento de todo o território, recriminando o uso de contraceptivos e o sexo por prazer. E os *antinatalistas*, compostos por políticos e economistas, que eram a favor do controle demográfico como forma de desenvolver o país e evitar a estagnação da economia. O impasse entre as duas vertentes inviabilizou uma posição oficial sobre o controle da natalidade no Brasil. Mas, para além da disputa interna, o governo era alvo de pressões internacionais para controlar a natalidade da população, especialmente a mais pobre, que era considerada uma ameaça política com potencial de subversão pelo comunismo^{22,23}.

Percebe-se que, no debate sobre a contracepção no Brasil da década de 1960, a justificativa de se usar ou não a pílula era o desenvolvimento econômico e a segurança do país. O corpo da mulher se tornava um campo de prova de medicamentos recém-fabricados, um objeto de uma arena de batalha que nada tinha a ver com a autonomia feminina. Até a década de 1980, o Estado não atuou diretamente em políticas de controle da natalidade, mas abriu espaço para que organizações civis internacionais o fizessem, como a International Planning Parenthood Federation (IPPF), financiadora de programas de controle de natalidade como a Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar no Brasil (Bemfam), fundada em 1965, que distribuiu gratuitamente pílulas para milhares de mulheres pobres no Brasil. Seu objetivo era: “promover e propugnar pelo bem-estar da família, como cédula constitutiva da nação”.²³ Mais uma vez, a contracepção não era tratada como um direito reprodutivo feminino, mas como um instrumento de promoção dos interesses econômicos e políticos do Estado.

Embora os discursos acerca do controle de natalidade e da libertação da mulher através do uso da pílula anticoncepcional ainda persistam, o momento contemporâneo vive a emergência de novas políticas de emancipação do corpo feminino. Sustentadas por outra percepção acerca do uso da pílula, novas invenções do feminino são possíveis, em discursos que consideram que a verdadeira liberdade só seria efetiva a partir de um corpo natural, livre dos hormônios sintéticos presentes no medicamento. Como vimos, nos discursos das reportagens, a pílula pôde ser apropriada como uma arma contra a moral burguesa que controlava o corpo feminino a partir da condenação da sexualidade fora do casamento e de padrões de recato. Entretanto, um rearranjo nos fluxos de poder em torno das formas desejáveis de ser mulher provocou um tensionamento nos modos de ver o anticoncepcional oral.

Na visão de muitas mulheres, que utilizam a rede social Facebook como plataforma para dar voz a seus discursos, a pílula se torna o inimigo a ser combatido. Para analisá-los, digitamos “anticoncepcional” na ferramenta de busca do Facebook e o primeiro resultado encontrado foi a página “Um Veneno Chamado Anticoncepcional”²⁴, que conta com mais de 70 mil curtidas^{vi}. Apesar do uso do nome genérico “anticoncepcional”, fica rapidamente claro que a página se refere à contraceção hormonal. A postagem fixa no topo da página informa que seu objetivo é alertar mulheres acerca dos riscos da contraceção hormonal e proporcionar o intercâmbio de informações sobre os métodos não hormonais. A foto principal é de duas mãos femininas segurando uma cartela de pílula sobreposta por uma caveira, símbolo do veneno. A página traz diversos relatos de mulheres que se declaram vítimas da contraceção hormonal, ao terem tido problemas de saúde associados ao uso desse tipo de medicamento, como AVC, trombose e embolia pulmonar. Ainda segundo o post fixo:

Métodos anticoncepcionais hormonais são uma verdadeira ‘roleta russa’. Salienta-se que o uso de anticoncepcional pode causar óbito, embolia pulmonar, trombose venosa profunda, trombose venosa cerebral, trombose arterial, embolia pulmonar, AVC, entre outros efeitos nocivos. É mais comum do que se imagina mulheres serem vitimadas pelo uso de anticoncepcional, e transparece às mulheres vitimadas que existem muitos interesses em esconder, em abafar essas estatísticas de eventos nocivos causados à saúde da mulher, devido ao uso do anticoncepcional. Os riscos de usar o anticoncepcional sempre vão superar os benefícios. Não acredite no contrário. Salientamos que o risco é ainda maior se utilizados anticoncepcionais de hormônios sintéticos combinados, sendo estes em forma de pílulas, de injeção, de adesivo, etc.²⁵

É possível perceber que há um embate da página em relação ao discurso médico, acusado de ignorar os riscos associados à pílula e promover os medicamentos de base hormonal como único método de contraceção possível. O formato da página, que se torna quase um painel de exibição de relatos pessoais, vai ao encontro da emergência do discurso de autoridade da vítima como uma nova forma de saber²⁶, produzida em um contexto social regido pela ética da autenticidade²⁷. Nesse regime moral, ter passado por uma experiência torna um indivíduo mais apto a falar sobre ela, como é possível observar tanto em movimentos sociais contemporâneos – como o feminismo, o movimento negro e o LGBT – quanto em grupos de apoio, como os de pacientes com câncer²⁸. Ainda no post descrito acima, o texto de apresentação da página a define como um local para que mulheres comuns possam fornecer e obter informações sobre os riscos dos medicamentos e sobre outras formas de contraceção, e afirma que “Defensores dos anticoncepcionais, *ainda que da área da saúde e farmacêutica*, NÃO serão bem-vindos.”²⁵

Assim, campos que antes detinham o privilégio de falar sobre o corpo e regulamentá-lo, como a medicina, perdem espaço para esse novo regime de saber baseado na experiência individual autêntica e no relato de si. É preciso pensar a centralidade do ambiente da internet para a expressão dessas formas de sociabilidade.

Isso não significa adotar uma perspectiva de determinismo tecnológico. Howard²⁹ propõe tratar a inovação tecnológica como evolucionária e contextual, não revolucionária e casual. Ou seja, os processos

vi Os números de acesso das páginas e grupos mencionados neste artigo mudam a todo momento, geralmente com novas adesões; por isso, optamos por informar a quantidade aproximada referente ao período de coleta dos dados.

comunicativos na rede devem ser analisados dentro do contexto social em que emergem. Isso não significa desconsiderar as novas possibilidades trazidas pelas tecnologias, mas sim estabelecer um distanciamento crítico que permita analisá-las inseridas dentro de uma lógica social, e não como determinantes isolados de uma pretensa revolução nos modos de ser. Deve-se olhar a tecnologia a partir da perspectiva de observar as continuidades e descontinuidades dos modos de subjetivação e das práticas sociais entre os antigos ambientes de sociabilidade e os novos espaços virtuais.

Assim, essas demandas culturais promoveram e se expandiram através de recursos técnicos das redes sociais. No caso do Facebook, a ferramenta de grupos cria espaços de sociabilidade abertos a pessoas de diferentes lugares, idades e classes sociais, unidas em torno de um interesse comum³⁰. Analisamos dois grupos dedicados a formas de contracepção não hormonal, a fim de analisar os argumentos utilizados pelas mulheres para adotá-las e a sua percepção da pílula anticoncepcional.

Um dos grupos selecionados foi o “Adeus Hormônios: Contracepção não hormonal”³¹, o primeiro que aparece, portanto, o mais numeroso, ao se digitar a palavra contracepção na ferramenta de busca do Facebook^{vii}: são mais de 42 mil membros^{viii} e só são aceitas pessoas com aparelho reprodutor feminino, segundo a descrição, que diz: “Vc deixou ou pretende deixar de tomar hormônios? Aqui é um grupo pra informar e trocar experiências e dúvidas”. O outro grupo que consideramos foi o “DIU (t de cobre) tudo sobre todos os DIU”³². Escolhemos esse grupo porque o DIU^{ix} de cobre é o segundo método não hormonal mais utilizado entre os contraceptivos reversíveis modernos^x. Ao digitar DIU na busca do Facebook, este é o grupo mais numeroso. São mais de 12 mil membros, também exclusivamente de mulheres. O objetivo do grupo, segundo a descrição, é a “troca de experiência e informações sobre o DIU”^{xi}.

Uma primeira leitura das mensagens de forma contínua revelou que, no jargão nativo de ambos os grupos, a nomenclatura “ac” é utilizada para falar da pílula anticoncepcional. Utilizando a ferramenta de busca interna de cada grupo, analisamos as postagens contendo a expressão “ac” realizadas entre os dias 6 e 26 de agosto de 2016, totalizando 20 dias. Encontramos, nos dois grupos, um total de dez postagens que foram analisadas de forma qualitativa neste artigo.

As postagens analisadas são públicas para os integrantes do grupo, mas não podem ser vistas por usuários externos. Por isso, solicitamos autorização das autoras dos trechos selecionados para publicá-los neste trabalho. Todos os trechos publicados foram autorizados, omitindo informações sobre as autoras a fim de preservar suas identidades.

No que se refere ao conteúdo, muitas postagens eram relatos de mulheres que pararam de tomar anticoncepcional para colocar um DIU de cobre. Algumas haviam feito uso do medicamento por períodos consideráveis, como dez anos. Elas detalhavam todo o processo: a decisão, a peregrinação em busca de um médico, o processo de inserção, as dores sentidas e os resultados. Nesses relatos, foram encontradas diversas referências negativas à pílula. Muitas mulheres usaram terminologias como o sentimento de estar se “envenenando” com o medicamento e o de *se libertar* após a adoção do DIU. Por exemplo, nos trechos abaixo, retirados de postagens de dois relatos diferentes:

vii No momento de coleta dos dados, a configuração de ambos os grupos era “fechado”, o que significa que eles poderiam ser encontrados na ferramenta de grupos do Facebook, mantendo o conteúdo privado para os membros. Atualmente, a configuração foi alterada para “secreto”, o que faz com que esses grupos não sejam mais localizáveis pela ferramenta de busca. Nesse formato, o grupo só é visualizado a partir do convite de um membro. As postagens continuam sendo públicas para os membros, mas privadas para usuários externos.

viii Foi considerado o número de membros no momento da coleta de dados em ambos os grupos.

ix Dispositivo intrauterino.

x Como buscamos investigar as invenções do feminino a partir de seu próprio corpo, descartamos o método não hormonal mais utilizado, a camisinha masculina.¹

xi Uma das autoras já participava do grupo “DIU (T DE COBRE) TUDO SOBRE TODOS OS DIU” antes da elaboração deste trabalho, no entanto, sem nunca ter feito nenhuma publicação, comentário ou outro tipo de interação com as demais usuárias. A participação no grupo “Adeus Hormônios: Contracepção não hormonal” foi solicitada à moderação e autorizada.

Primeiramente, gostaria de agradecer demais esse grupo, que tanto me informou e encorajou. Tenho parceiro fixo e parei com o AC há uns 4 meses por motivos de estar me fazendo psicologicamente mal. Queria me livrar dos hormônios. Eu cansei de tomar ac pq tava sentindo que estava me envenenando aos poucos. Quase sem conseguir andar e dores de cabeça alucinantes. Enchi o saco disso tudo, conversei com o boy e decidi colocar o diu. [...] Finalmente livre de ac\o/.

Os efeitos colaterais foram amplamente citados no processo de decisão pelo DIU de cobre. Dores de cabeça e nas pernas, perda da libido, desânimo, cansaço e náuseas estão entre os mais citados, como o caso abaixo:

Vim aqui contar meu relato da mudança do Ac pro diu de cobre! Assim como muitas mulheres eu tbém sou uma vítima do AC: cansaço extremo, libido zeradaaaaaaa, menstruação inexistente ou só borra, celulite até na orelha, dores de cabeça inexplicáveis e por fim convulsões e um princípio de Trombose cerebral!! Um show de horror!! [...] Minha médica do convênio foi super tranquila pra botar o Diu [...] Estou me adaptando dentro da normalidade e muito feliz com a minha escolha e nunca mais na vida pretendo botar hormônios sintéticos no meu corpo!! Hj sou outra e muita coisa (libido e disposição voltaram do dia pra noite...e desde então nunca mais tive dor de cabeça inexplicável)!!

Outro tópico que apareceu nos relatos foi a resistência dos médicos em aceitar a escolha das mulheres pelo DIU. Alguns insistiam na continuidade da pílula ou se recusavam a fazer o procedimento em mulheres que nunca tivessem tido filhos.

Quando iniciei minha vida sexual fui a GO [ginecologista] que me deu uma amostra grátis do AC Belara e comecei a tomar.. Alguns meses depois voltei à GO, pois não havia me adaptado muito bem. Náuseas, dor de cabeça, dor nas pernas, baixa libido. Sabe o que ela disse? Que era normal! Que era isso ou engravidar. Mudei de médica! A nova GO trocou meu AC algumas vezes [...] Reduziram bastante as minhas reações adversas. As náuseas sumiram. Dor de cabeça e nas pernas diminuíram bastante. Mas a libido... Essa continuava em baixa. Depois de 10 anos nessa luta, resolvi que isso não era normal, e que não poderia ser a única opção a gravidez. Ou sentir tudo isso ou ter uma gravidez indesejada. Foi aí que me lembrei das aulas de educação sexual na escola e vi que tinha um método não hormonal que eu poderia tentar. DIU de cobre! Comecei a pesquisar na internet, e decidi que era isso que eu queria!"

A autora da postagem narra sua experiência como um processo de luta pelo direito de evitar uma gravidez indesejada sem perder a libido. Se, como vimos, a Veja afirma que a pílula fez mais pelo prazer feminino do que qualquer movimento social, aqui ela aparece como um elemento castrador de uma vida sexual plena, ou seja, como um instrumento de controle do corpo feminino, que deve suportar as consequências para evitar a gravidez. Por conseguinte, abandonar a pílula passa a ser significado como uma experiência de empoderamento a partir da tomada de controle do próprio corpo, em seus fluxos naturais. Outra integrante do grupo afirma:

Eu não poderia estar mais feliz com a escolha de abandonar o AC e colocar o DIU, mas vou tentar esclarecer as inseguranças mais frequentes em relação a ele. Tive algumas mudanças "negativas" em relação a quando eu tomava o AC (que em nada abalaram minha satisfação): minha menstruação que antes durava uns quatro dias agora dura uma média de seis. O fluxo também aumentou, mas nada dramático. [...] O que mais me incomodou nesse tempo, que, na verdade, são efeitos de parar o AC e não propriamente do DIU foram as espinhas (melhoraram com sabonete pra pele oleosa, às vezes pioram antes de menstruar) e meu ciclo que ainda não regulou completamente [...] Acho que isso é tudo que teve de "ruim"; em compensação, me sinto muito mais disposta e saudável, não sei se é psicológico, mas realmente sinto uma diferença gritante por ter parado com os hormônios! Fora que é superempoderador voltar a perceber as fases do nosso ciclo e entender os sinais naturais do nosso corpo.

Essa reivindicação de um corpo natural emerge como resistência ao regime de saber-poder da medicalização. As formas secundárias de atuação da pílula anticoncepcional são frequentemente ressaltadas, no discurso

médico, midiático e no senso comum, como benefícios do medicamento, que tem seu escopo ampliado para além da contraceção. A eliminação da menstruação propiciaria benefícios como o gerenciamento dos *problemas de humor*, ou a irritabilidade e a ansiedade do período pré-menstrual, e o fim das cólicas menstruais. A pílula teria também benefícios estéticos, como a melhoria da acne. Para Nucci³³, os discursos sobre as pílulas muitas vezes a aproximam mais de produtos de beleza e itens da moda do que de remédios: “O marketing em torno das novas gerações da pílula vai além, não se preocupando apenas em promovê-la como um medicamento [...], mas como um produto adequado ao ‘estilo de vida da mulher moderna’”.

Uma das integrantes do grupo “DIU (t de cobre) tudo sobre todos os DIU” afirmou que seu médico insistiu para que ela continuasse fazendo uso da pílula, mesmo após ela ter deixado claro que não desejava a contraceção hormonal, porque “o DIU vai aumentar as cólicas e fluxo, não vai regularizar nada, ajudar em nada a não ser prevenir a gravidez”. A mera contraceção se torna insuficiente diante do potencial de modificação corporal da pílula.

Woods³⁴ analisa como o anticoncepcional oral tem sido anunciado, nos Estados Unidos, como uma tecnologia que transforma a menstruação numa escolha pessoal. Ela analisou elementos textuais e visuais das campanhas web de 2006 a 2010 das pílulas Yaz, da Bayer Healthcare; Loestrin, da Warner Chilcott; Seasonale, da Duramed Pharmaceutical e Seasonique, o nome da segunda geração do mesmo medicamento. As campanhas tiveram foco não na contraceção, mas na atuação secundária da pílula, em especial a possibilidade de suprimir a menstruação, tratada como um inconveniente indesejável. A invenção do feminino presente nesses comerciais é a de uma mulher empoderada, que consegue tomar conta de seu próprio corpo, não sucumbindo aos seus *caprichos*, e sendo assim livre para fazer escolhas – em sua maioria, escolhas de consumo: ser um indivíduo produtivo para o regime de temporalidade 24/7 do capitalismo neoliberal³⁵, não correndo o risco de ser abatida pelos limites de seu corpo. É um corpo bonequizado¹⁶, que não sangra, não sente dores, não tem alterações de humor, o ideal do corpo dócil e produtivo.

Paradoxalmente, essa tomada de controle sobre o próprio corpo é feita a partir da entrega desse mesmo corpo à medicalização. O discurso biomédico tecnológico traz a ideia de *tome uma pílula e assumo o controle da sua vida*. Em um discurso similar ao que Aldous Huxley³⁶ imputou à pílula (o “soma”) em seu Admirável Mundo Novo, os medicamentos possibilitam que os indivíduos atinjam o estado anímico que desejam (ou que são levados a desejar) e potencializem suas *performances* profissionais, esportivas, sexuais etc. Já nos grupos analisados, podemos verificar possibilidades de resistências a esses discursos.

Assim, no campo de batalha entre os poderes e as resistências em torno dos discursos sobre a pílula, podemos contemplar uma nova invenção do feminino: a mulher que recusa a bioquímica, ou a *mulher natural*. De acordo com o método genealógico, essa forma de resistência não aparecia no contexto anterior porque era impensável dentro das condições de possibilidade da cultura. Na década de 1960, a desnaturalização do corpo feminino era configurada como bandeira de luta. Simone de Beauvoir, a principal influência teórica para o feminismo da segunda onda, desafiou a mentalidade da época, que rotulava as mulheres como naturalmente frágeis e submissas confinando-as ao papel de mãe e esposa. A filósofa refutou a ideia de que os papéis de gênero estariam inscritos no corpo, mostrando como a identidade feminina era construída no interior da cultura, segundo moldes patriarcais, o que pode ser resumido por sua célebre frase “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”³. Sobre a maternidade, definida por ela como destino inevitável das mulheres, a filósofa afirmou: “uma tal obrigação nada tem de natural: a natureza não poderá nunca ditar uma escolha moral”³. Mesmo antes da invenção da pílula, Beauvoir³ ressaltava a importância de controlar a função reprodutora por meio de práticas anticoncepcionais para o processo de emancipação feminina. Essas modificações têm, para a mulher em particular, imensa importância; podem diminuir o número de períodos de gravidez e integrá-la racionalmente em sua vida, em vez de permanecer escrava desta. Por sua vez, a mulher do século XIX liberta-se da natureza: torna-se senhora de seu corpo. Livre em

grande parte das servidões da reprodução, pode desempenhar o papel econômico que se lhe propõe e que assegurará a conquista total de sua pessoa.³⁷

Se, hoje, ainda permanece esse tipo de discurso dentro do feminismo, que refuta construções do senso comum sobre a ideia de natureza feminina, por outro lado, há uma reivindicação pelo corpo natural feminino, como resposta ao poder das técnicas contemporâneas de intervenção sobre ele. A resistência à medicalização no ativismo antipílula converge para o discurso contra a “moral da boa forma”¹⁵. Dentro dos feminismos contemporâneos, expor o corpo no espaço público se torna uma forma de luta. Se na década de 1960 o principal inimigo era a moral burguesa do recato, hoje essa politização da nudez visa ao direito de mostrar o corpo natural, com suas imperfeições, livre do imperativo das cirurgias plásticas, da pele lisa e do filtro do photoshop¹⁴.

No mesmo âmbito se localiza a luta pelo parto humanizado, que se estabelece como pauta feminista no mundo contemporâneo³⁷. As mulheres reivindicam o direito sobre o próprio corpo no parto e afirmam sofrer com a intervenção do saber médico, com cesarianas desnecessárias e práticas de violência obstétrica.

Nesse sentido, as mulheres que abandonaram a pílula experimentam o empoderamento a partir da não adesão a um corpo pasteurizado, tomando posse de um corpo que sangra, oscila e se transforma naturalmente. Como afirma mais uma das integrantes do grupo sobre DIU:

Nossa luta é contra o machismo impregnado na ciência, é contra a lógica violenta da indústria farmacêutica, é contra a medicalização desnecessária dos nossos corpos, é contra a medicina como fonte soberana e inquestionável de saber. E não contra as manas que optam por se medicar - com elas a gente tem se preocupado. E é importante que a gente faça isso com cautela, com empatia. Isso é feminismo.

Essa reconfiguração dos sentidos em torno da pílula só é possível em uma sociedade que coloca como ideal de mulher a *real doll*: uma boneca com um corpo perfeitamente hiper-real e minuciosamente controlado e moldável¹⁶. O corpo bonequizado torna-se ideal de beleza, promovendo a adesão a uma série de intervenções corporais a partir da cirurgia plástica, de hábitos alimentares controlados, do uso de cremes e cosméticos e do photoshop, instrumento frequentemente utilizado para alterar virtualmente a imagem feminina. Esse corpo de boneca torna-se também a síntese da trabalhadora ideal no projeto político e econômico do capitalismo neoliberal: a mulher que vence seu próprio corpo, visto como naturalmente instável, e se torna produtiva, sem perder a aparência estética da feminilidade. É contra esses fluxos de poder que o ativismo antipílula se estabelece como resistência, marcando uma invenção do feminino própria dos embates contemporâneos.

Considerações finais

A partir de uma perspectiva genealógica, observamos como os discursos acerca da pílula anticoncepcional possibilitaram diferentes invenções do feminino, em diálogo com os discursos de saber-poder de sua época. O surgimento e a popularização desse método contraceptivo foram – e ainda são, em muitos contextos – marcados discursivamente como uma possibilidade de libertação para a mulher, que pode usufruir da livre sexualidade evitando uma maternidade indesejada, contestando um discurso dominante que encerrava as mulheres no espaço privado justificando-se a partir da ideia de natureza feminina.

No contexto dos anos 1960, a pílula torna possível uma invenção do feminino em que a mulher é capaz de assumir o controle de seu corpo e, conseqüentemente, de sua própria vida. O surgimento desse medicamento veio ao encontro da efervescência da segunda onda do feminismo. Em um momento histórico-cultural em que a bandeira segundo a qual o pessoal é político passa a orientar as lutas femininas em torno de uma ressignificação de esferas como a sexualidade e a família, a invenção de um medicamento que poderia tornar a

gravidez uma escolha, e não um destino inevitável, veio ao encontro das demandas femininas por livre acesso ao prazer sexual e à atuação no mercado de trabalho. A pílula, nesse contexto, teve um papel revolucionário.

Com o fortalecimento de uma cultura somática, outros discursos que questionam a pílula como forma de contraceção puderem se intensificar, enxergando sujeições presentes no uso desse medicamento e em sua celebração no imaginário cultural. A *mulher natural* surge como invenção de resistência frente à medicalização do corpo feminino, que submeteria as mulheres a uma série de riscos e efeitos colaterais em nome não só da contraceção, mas do controle dos fluxos hormonais, potencialmente perigosos e improdutivos, e de alterações estéticas.

Assim, não se reivindicava da mesma forma esse corpo natural feminino na década de 1960, porque ele tinha, em muitos discursos dominantes, um sentido aprisionador, regido por outro regime de saber-poder. Hoje, ele se reconfigura como um dispositivo de liberdade frente ao controle da medicalização. São transformações na moralidade que possibilitam a politização do corpo natural como possibilidade de uma invenção do feminino, que se resume na postagem compartilhada por uma integrante do grupo "Adeus hormônios: contraceção não hormonal": "A pílula tirou as mulheres de uma prisão nos anos 1960. Não deixem ela virar uma nova prisão agora."

Referências

1. Brasil (Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia). Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher PNDS 2006: relatório final [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2008 [citado em 2016 ago.26]. Disponível em: <https://goo.gl/rqvKFU>.
2. Rubin D. 50 anos de liberdade. *Veja* (Abril). 2010 maio;43.(Edição especial).
3. Beauvoir S. O segundo sexo [Internet]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 2009 [citado em 02 maio 2017].
4. Foucault M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal; 2009. Capítulo 2, Nietzsche: a genealogia e a história; p. 15-37
5. Ferraz MCF. Genealogia, comunicação e cultura somática. *Famecos*. 2013;20(1):163-78.
6. Ferraz MCF. Mulher, verdade e cosmética em Nietzsche. In: *Homo deletabilis, corpo, percepção, esquecimento: do século XIX ao XXI*. Rio de Janeiro: Garamond; 2010. p.173-87.
7. Foucault M. A Arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária; 2002.
8. Sibilia P. O que é obsceno na nudez? Entre a virgem medieval e as silhuetas contemporâneas. *Famecos*, 2014;21(1):24-55.
9. Fischer RMB. Trabalhar com Foucault: arqueologia de uma paixão. Belo Horizonte: Autêntica; 2012.
10. PubliAbril. *Veja* [Internet]. São Paulo (SP): Abril; 2015. [citado em 2017maio02]. Disponível em: <http://publiabril.abril.com.br/marcas/veja>
11. Ribeiro L. Quais são as redes sociais mais usadas no Brasil [Internet]. [editora desconhecida]: Marketing de conteúdos; 2017 fev. [citado em 2017maio02]. Disponível em: <http://marketingdeconteudo.com/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>
12. Recuero R. Métodos mistos: combinando etnografia e análise de redes sociais em estudos de mídia social. In: Campanella B, Barros C, organizadores. *Etnografia e consumo midiático: novas tendências e desafios metodológicos*. Rio de Janeiro: E-papers; 2016.
13. Barthes R. *Elementos de semiologia*. São Paulo: Cultrix; 2012.
14. Cicerone E. FILHOS? Não, obrigada. *Veja*. 2013;46(22).
15. Sibilia P. A nudez autoexposta na rede: deslocamentos da obscenidade e da beleza? *Pagu*. 2015;44:171-98.
16. Jaguaribe B. Crônica da boneca desejada: fantasias da vida virtual. In: Antoun H, organizador. *Web 2.0: participação e vigilância na era da comunicação distribuída*. Rio de Janeiro: Mauad; 2008. p. 225-41.

17. Viera EM. A medicalização do corpo feminino. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2002.
18. Becker D. Onenationunder stress: social uses of the stress concept. Oxford: Oxford University Press; 2013.
19. Costa JF. O vestígio e a aura: corpo, consumismo e a moral do espetáculo. Rio de Janeiro: Garamond; 2004.
20. Fassin D, Rechtman R. The empire of trauma. Princeton: Princeton University Press; 2009.
21. Scavone L. Nosso corpo nos pertence? Discursos feministas do corpo. *Gênero*. 2010;10(2):47-62
22. Pedro JM. A trajetória da pílula anticoncepcional no Brasil 1960-1980. In: Monteiro YN, organizador. História da saúde: olhares e veredas. São Paulo: Instituto de Saúde; 2010. p.141-56.
23. Petersen J. Feminismo e a polêmica da contracepção no Brasil 1970-1980. *Esboços*. 2004;11(11):135-44
24. Um veneno chamado anticoncepcional [Facebook]. [citado em 2016 ago.26]. Disponível em: <https://www.facebook.com/anticoncepcionalveneno/?fref=ts>
25. Um veneno chamado anticoncepcional: aviso importante [Facebook]. 31 mar. 2016 [citado em 2016 ago.26]. Disponível em: <https://www.facebook.com/anticoncepcionalveneno/posts/1588545668107403>
26. Vaz P. Na distância do preconceituoso: narrativas de bullying por celebridades e a subjetividade contemporânea. *Galaxia*. 2014;28:32-44.
27. Taylor C. A ética da autenticidade. São Paulo: Realizações; 2011.
28. Lerner K, Vaz P. Minha história de superação: sofrimento, testemunho e práticas terapêuticas em narrativas de câncer. *Interface*. 2017;21(60):153-63.
29. Howard, PN. New media campaigns and the managed citizen. Cambridge: Cambridge University Press; 2006.
30. Nova função do Facebook permite criar pequenos grupos para compartilhar informações [Facebook]. 7 out. 2010 [citado em 2017maio02]. Disponível em: <https://www.facebook.com/FacebookBrasil/videos/1544398803213/>
31. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/1640142202894672/?fref=ts>. Acesso em: 26 ago. 2016.
32. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/506593996166412/?fref=ts>. Acesso em: 26 ago. 2016.
33. Nucci M. Seria a pílula anticoncepcional uma droga de "estilo de vida"? Ensaio sobre o atual processo de medicalização da sexualidade. *Sex Salud y Soc*. 2012;10:124-39.
34. Woods, CS. Repunctuated Feminism: Marketing Menstrual Suppression Through the Rhetoric of Choice. *Women St Commun*. 2013;36(3):267-87.
35. Crary J. 24/7: late capitalism and the ends of sleep. Londres: Verso; 2013.
36. Huxley A. Admirável mundo novo. São Paulo: Globo Livros; 2014.
37. Mendonça SS. O ciberativismo pela humanização do parto. In: Anais do 7º Encontro Nacional de Estudos em Consumo, 3º Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo, 1º Encontro Latino-Americano de Estudos do Consumo; 2014 set. 24-26, Rio de Janeiro: Estudos do Consumo; 2014.